



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Estudo Técnico Nº 04/2013

**Emendas ao PLOA – Aumento do número das
emendas individuais e inclusão da Bancada
Feminina no rol de autores**

**Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira**

Março/2013

Endereço na Internet:
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/>
e-mail: conof@camara.gov.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo foi motivado pelas Solicitações de Trabalho nºs 285/12 e 328/12, por meio das quais a deputada Janete Rocha Pietá propõe, respectivamente, a alteração do número de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual e a inclusão da bancada feminina como legítima autora de emendas à referida proposição.

Relativamente à quantidade de proposições, consta na Solicitação de Trabalho nº 285/12 que o número de emendas individuais deve ser equivalente a 10% da quantidade de municípios do estado pelo qual o parlamentar foi eleito, mantido o número de até 25 emendas para aqueles oriundos de estados com menos de 250 municípios. Para a nobre congressista, as emendas representam instrumentos ao alcance dos parlamentares que permitem traduzir as necessidades da população local e são meios para a concretude das demandas. Em razão disso, a deputada entende que os parlamentares, cujas bases eleitorais correspondam a estados com maior número de municípios devem ter a possibilidade de apresentar maior quantidade de emendas.

Quanto à inclusão da bancada feminina como autora de emenda ao projeto de lei orçamentária anual, de acordo com a Solicitação de Trabalho nº 328/12, a medida representa mais um mecanismo para superar as desigualdades entre homens e mulheres. Essas diferenças são reais e podem ser constatadas no Parlamento brasileiro. Apesar de a população nacional ser composta de maioria feminina, a proporção de deputadas é de apenas 8%. Para a deputada, a consolidação da democracia brasileira está relacionada com a igualdade de gêneros. As ações afirmativas nesse sentido são atos de ruptura com estruturas do passado para encontrar formas de superar preconceitos dessa natureza.

Em caso de viabilidade das proposições, a parlamentar solicita a elaboração de minuta com vistas à realização das modificações indicadas.

2. ANÁLISE

2.1. Quantidade de emendas individuais

Emendas são proposições acessórias com o objetivo de modificar ou aperfeiçoar a principal. A competência para apresentação e as exigências

observadas na elaboração estão, em grande parte, disciplinadas em normas regimentais, as quais se subordinam às orientações fixadas na Constituição. No caso do projeto de lei orçamentária anual, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, a Constituição Federal estabelece que as emendas devem ser apresentadas na comissão mista e:

- a) ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentária;
- b) indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, salvo as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e DF; ou
- c) ser relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Nota-se que não há menção sobre limitação da quantidade de emendas apresentadas. Todavia, as resoluções que dispõem sobre a comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição têm indicado limites de quantidade das emendas à despesa. Relativamente às emendas individuais, a Resolução nº 1/2001-CN, revogada, estabelecia a possibilidade de apresentação de até 20 emendas por mandato parlamentar. A Resolução nº 1/2006-CN, em vigor, aumentou esse número para 25 emendas.

Contudo, a quantidade média anual de emendas apresentadas pelos congressistas por unidade da federação, desde a entrada em vigor da Resolução nº 1/2006-CN, é inferior a 25 emendas (Anexo I). Ademais, em todo o período examinado, constatamos apenas uma ocorrência acima de 20 emendas à despesa por mandato parlamentar, em média, por unidade da federação. Foi o caso do Acre, em 2008, cuja quantidade média anual de emendas à despesa por parlamentar atingiu 21 emendas.

Uma das explicações para tal comportamento relaciona-se com a escassez de recursos. Como os recursos são limitados no seu montante por parlamentar, o aumento do número de emendas à despesa reduz o valor médio da dotação das ações incluídas ou aumentadas. Isso pode levar a impossibilidade de execução da programação por insuficiência de recursos para a realização do objeto. Em consequência, aumentar a quantidade máxima de emendas à despesa por

parlamentar não significa, necessariamente, elevar o número de emendas apresentadas.

Vale lembrar que existe uma tendência dos parlamentares apresentarem emendas individuais sem identificar o município (exemplo, “infraestrutura urbana nos municípios do estado X”), indicando o beneficiário apenas no momento da execução ou da realização do convênio. O adiamento da escolha do município dá mais flexibilidade ao autor da emenda, além de permitir juntar na mesma programação recursos suficientes para o atendimento de diversos municípios. Esse aspecto reforça o fato de que o problema de atendimento das demandas não está propriamente no número de emendas, mas no montante disponível de recursos orçamentários.

Outro aspecto a ser considerado é que apenas os parlamentares dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Santa Catarina seriam alcançados pela proposta da nobre deputada. Com exceção de Santa Catarina, todos os demais entes e o Rio de Janeiro são os estados com maior número de congressistas por unidade federativa, uma vez que são os mais populosos. Por conseguinte, são também os beneficiados com o maior número possível de emendas à despesa e, portanto, mais aquinhoados com recursos orçamentários decorrentes da atuação do Congresso Nacional. Isso está em consonância com a preocupação da nobre parlamentar de que os estados com mais municípios sejam agraciados com mais emendas para atendimento das demandas locais.

Além do mais, a quantidade de emendas apresentadas por unidade da Federação equivale à representatividade de cada uma delas no Congresso Nacional segundo o critério populacional (Anexo II). Modificar os critérios para a forma proposta pela deputada poderá causar distorções que tenderão agravar as desigualdades regionais, visto que beneficia os estados considerados em melhor situação se comparados com os demais. Logo, em contraposição aos objetivos da República Federativa do Brasil. Ademais, resultaria em oferecer tratamento diferenciado entre parlamentares em razão, simplesmente, de sua origem.

2.2. Autores de emendas ao PLOA

Segundo a Resolução nº 1/2006-CN, as emendas ao projeto de lei

orçamentária anual podem ser apresentadas pelos congressistas, comissões permanentes e bancadas estaduais. Os primeiros são os membros das Casas legislativas investidos de mandato e representam interesses locais. Os seguintes correspondem a órgãos colegiados da Câmara dos Deputados e do Senado especializados para examinar as matérias de interesse nacional. Os últimos representam os interesses das unidades federativas. Presume-se que os parlamentares que compõem a bancada possuem conhecimento diferenciado da realidade e das necessidades regionais da sua unidade de federação. Desse modo, suas emendas devem representar interesse específico de cada estado ou Distrito Federal. Isso se justifica pela dimensão continental do Brasil, cujos entes possuem realidades bastante distintas.

Disso, extraem-se duas características básicas do modelo atual. Uma refere-se às emendas coletivas possíveis. As emendas coletivas permitidas no processo legislativo orçamentário derivam apenas dos colegiados indicados. As emendas de bancadas e de comissões são coletivas, uma vez que são consideradas subscritas pelos parlamentares que integram esses colegiados. Tanto que, no ato de apresentação, as emendas devem estar acompanhadas da ata da reunião que as aprovou.

A outra relaciona-se com o critério espacial de atuação dos autores. Os autores legitimados têm o condão de representar a sociedade brasileira em âmbito local, regional ou nacional. Noutros termos, o critério subjacente à escolha dos autores para a apresentação de emendas adotado na Resolução nº 1, de 2006-CN, foi baseado no espaço geográfico de sua influência política, que revela a estrutura de representação das Casas do Congresso Nacional.

Dessa forma, a inclusão da bancada feminina como autora de emendas ao projeto de lei orçamentária anual desfigurará o sistema concebido e acarretará a necessidade de reavaliar totalmente o atual modelo e o espectro de autores legitimados.

Primeiro, porque representará atuação concorrente com os autores já legitimados pela Resolução nº 1/2006-CN. As frentes parlamentares são associações suprapartidárias compostas de congressistas que se unem em função de interesses pessoais, profissionais e econômicos, próprios ou de seus apoiadores. Elas correspondem a grupos de interesse que atuam em prol de determinados

objetivos ou em defesa de causas específicas. Assim, essas organizações cuidam de matérias de interesse de parcela da sociedade ou de setor da economia, em âmbito local ou nacional. Nesse sentido, concorrem com a atuação dos membros do Congresso Nacional e das comissões permanentes das suas Casas.

Segundo, porque implicará na pulverização dos recursos orçamentários. Na hipótese em comento, tal medida se estenderá às demais frentes parlamentares com base no princípio da isonomia. Como são numerosas as instituições dessa natureza no âmbito do Congresso Nacional¹, poderá ocorrer a dispersão dos recursos orçamentários, que foi combatida em passado recente com a exclusão das bancadas regionais como autoras de emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Não é demais dizer que, diferentemente das bancadas estaduais, cujo número permanece constante e igual à quantidade de estados-membros, as frentes parlamentares aumentam ao sabor de causas políticas e sociais que motivam sua constituição. Vale acrescentar que apenas na Câmara dos Deputados, na 54ª Legislatura, foram publicadas 120 frentes parlamentares, em 2011; 39, em 2012; e 2, em 2013 (vide Anexo III).

Esses aspectos são relevantes e apontam as dificuldades políticas na implementação da medida. Dificilmente, os atuais autores concordarão em abrir mão dos recursos que lhe são disponíveis para apresentação de emendas em detrimento das frentes parlamentares. Até porque essas instituições podem agir por meio dos parlamentares que a compõem, bem como por intermédio das comissões permanentes que cuidam de matérias afetas aos objetivos das frentes parlamentares.

No atual modelo, as frentes parlamentares devem canalizar suas demandas para os parlamentares, bancadas ou comissões permanentes, a fim de obter apoio para a defesa de seus propósitos. Tal forma de atuação tem sido verificada e revela que as organizações suprapartidárias conseguem influenciar o conjunto de Comissões temáticas com potencial de interferir em política pública em prol de seus objetivos. Por exemplo, a bancada feminina consegue influenciar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado para apresentarem emendas à despesa em favor da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

¹ Apenas na Câmara dos Deputados, na 54ª Legislatura, foram publicadas 120 frentes parlamentares, em 2011; 39, em 2012; e 2, em 2013. (Vide Anexo III)

3. CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, a quantidade de emendas à despesa por unidade federativa corresponde à representatividade de cada uma delas no Congresso Nacional, segundo o critério populacional. Como os estados mais populosos são, normalmente, os com maior número de municípios, a quantidade de emendas à despesa por unidade da federação atende, conforme as normas em vigor, à preocupação da congressista, uma vez que os estados com maior representatividade no Congresso Nacional são os mais beneficiados com as emendas.

Também, a medida em questão beneficiará os parlamentares de apenas seis unidades federativas. Por conseguinte, criará diferenças entre congressistas tão-somente em razão da sua origem. Ademais, poderá aumentar as diferenças regionais, uma que vez que os estados-membros favorecidos são os que possuem os melhores índices de avaliação econômico-social.

Além disso, aumentar o número de emendas por mandato parlamentar não significa elevar o número de emendas apresentadas. A apresentação dessas proposições relaciona-se, fortemente, com a disponibilidade de recursos e não com a possibilidade de apresentação.

Com referência à inclusão da bancada feminina como autora de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, a medida romperá com todo o sistema previsto para atuação parlamentar na peça orçamentária e implicará ampla modificação no modelo atual adotado na Resolução nº 1, de 2006-CN. Segundo essa norma, a forma de escolha dos autores para apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual observa o critério de representação política espacial. A legitimação da bancada feminina como autora de emendas ao projeto de lei orçamentária anual implicará na necessidade de reavaliar totalmente o atual modelo e o espectro de autores legitimados. Além disso, no caso de se reconhecer a bancada feminina como legítima autora, essa providência deverá ser estendida ao conjunto das instituições de mesma natureza, o que poderá acarretar a pulverização de recursos orçamentários. Isso por que as bancadas suprapartidárias e frentes parlamentares são numerosas e aumentam ao sabor de causas políticas e sociais

que motivam sua constituição.

Tudo isso revela a dificuldade política de implementação da proposição, uma vez que demandará a aprovação de modificação do regulamento da comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal. Desse modo entendemos que a melhor forma de atuação das frentes parlamentares deve dar-se por meio do exercício de pressões sobre os parlamentares e órgãos colegiados das Casas do Congresso Nacional a fim de obter o apoio para o atendimento de seus interesses. Assim, as comissões permanentes revelam-se ambiente bastante apropriado, uma vez que são órgãos especializados que cuidam de temas nacionais. Suas emendas ao projeto de lei orçamentária anual devem ser de caráter institucional e representar interesse nacional.

De todo modo, este órgão está à disposição da nobre deputada para as considerações sobre esta e outras matérias de seu interesse.

Brasília, 19 de março de 2013

Ricardo Volpe

Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira²

² Consultores Designados: Túlio Cambraia, Eugênio Greggianin; colaboraram na elaboração desse Estudo, Mário Gurgel e Romiro Ribeirto.

Anexo I - Quantidade de emendas à despesa por unidade federativa

UF	2007			2008			2009			2010			2011			2012			2013		
	Quant. autores	Quant. emendas	Média	Quant. autores	Quant. emendas	Média	Quant. autores	Quant. emendas	Média	Quant. autores	Quant. emendas	Média	Quant. autores	Quant. emendas	Média	Quant. autores	Quant. emendas	Média	Quant. autores	Quant. emendas	Média
AC	11	205	19	11	231	21	11	224	20	11	214	19	11	193	18	11	186	17	11	163	15
AL	12	183	15	12	208	17	12	153	13	12	136	11	12	158	13	12	148	12	12	100	8
AM	11	121	11	11	169	15	11	172	16	11	150	14	11	131	12	11	153	14	11	91	8
AP	11	94	9	11	177	16	11	174	16	11	193	18	11	173	16	11	170	15	11	168	15
BA	42	578	14	42	668	16	42	629	15	42	694	17	42	706	17	42	668	16	42	568	14
CE	25	325	13	25	301	12	25	221	9	25	242	10	25	248	10	25	291	12	25	255	10
DF	10	140	14	11	190	17	11	176	16	11	199	18	11	145	13	11	161	15	11	174	16
ES	13	223	17	13	248	19	13	218	17	13	225	17	13	215	17	13	210	16	13	191	15
GO	21	261	12	20	297	15	20	284	14	20	344	17	20	292	15	21	304	14	20	274	14
MA	21	227	11	21	217	10	21	189	9	21	184	9	21	214	10	21	205	10	21	179	9
MG	56	806	14	56	862	15	56	799	14	56	868	16	56	828	15	56	808	14	56	691	12
MS	11	173	16	11	190	17	11	202	18	11	163	15	11	139	13	11	164	15	11	132	12
MT	11	110	10	11	100	9	11	120	11	11	139	13	11	129	12	11	141	13	11	138	13
PA	20	221	11	20	267	13	20	324	16	20	309	15	20	284	14	20	296	15	20	228	11
PB	15	206	14	15	229	15	15	211	14	15	229	15	15	239	16	15	264	18	15	256	17
PE	28	471	17	28	497	18	28	509	18	28	527	19	28	524	19	28	521	19	28	459	16
PI	13	122	9	13	160	12	13	149	11	13	161	12	13	175	13	13	150	12	13	108	8
PR	33	538	16	33	569	17	33	543	16	33	640	19	33	653	20	33	519	16	33	490	15
RJ	47	697	15	49	859	18	49	938	19	49	994	20	49	897	18	49	907	19	48	858	18
RN	11	158	14	11	156	14	11	145	13	11	188	17	11	180	16	11	169	15	11	126	11
RO	11	114	10	11	124	11	11	123	11	11	153	14	11	141	13	12	118	10	11	103	9
RR	11	86	8	11	92	8	11	98	9	11	103	9	11	98	9	11	87	8	11	75	7
RS	33	446	14	33	495	15	33	462	14	33	506	15	33	516	16	33	472	14	33	386	12
SC	19	254	13	19	196	10	19	216	11	19	260	14	19	274	14	19	227	12	19	191	10
SE	11	165	15	11	209	19	11	167	15	11	184	17	11	198	18	11	160	15	11	147	13
SP	71	1.061	15	73	1.139	16	73	1.131	15	73	1.215	17	73	1.257	17	73	1.032	14	73	1.006	14
TO	11	166	15	11	148	13	11	135	12	11	173	16	11	187	17	11	175	16	11	137	12

Fonte: Siga.

Anexo II - Quantidade de Municípios e de Parlamentares por UF

Unidade da Federação	UF	Quant. Municípios	Quant. Parlamentares	Quant. Média de Emendas à Despesa (2007-2013)
Minas Gerais	MG	853	56	808
São Paulo	SP	645	73	1120
Rio Grande do Sul	RS	496	34	469
Bahia	BA	417	42	644
Paraná	PR	399	33	564
Santa Catarina	SC	293	19	231
Goiás	GO	246	20	293
Piauí	PI	224	13	146
Paraíba	PB	223	15	233
Maranhão	MA	217	21	202
Pernambuco	PE	185	28	501
Ceará	CE	184	25	269
Rio Grande do Norte	RN	167	11	160
Pará	PA	143	20	275
Mato Grosso	MT	141	11	125
Tocantins	TO	139	11	160
Alagoas	AL	102	12	155
Rio de Janeiro	RJ	92	49	878
Espírito Santo	ES	78	13	218
Mato Grosso do Sul	MS	78	11	166
Sergipe	SE	75	11	175
Amazonas	AM	62	11	141
Rondônia	RO	52	11	125
Acre	AC	22	11	202
Amapá	AP	16	11	164
Roraima	RR	15	11	91
Distrito Federal	DF	1	11	169
Brasil	BR	5565	594	8684

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e SIGA.

Anexo III - Frentes Parlamentares da 54ª Legislatura

(por ordem de descrição)

Publicadas em 2013

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar de Apoio aos Familiares de Desaparecidos Civis	30/01/2013	Onofre Santo Agostini
Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais	26/02/2013	Vicentinho

Publicadas em 2012

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar "Amigos do Tibete em defesa do diálogo China-Tibete"	20/06/2012	Walter Feldman
Frente Parlamentar da Irrigação	29/05/2012	Duarte Nogueira
Frente Parlamentar das Instâncias de Governança Regionais do Turismo	30/04/2012	Saraiva Felipe
Frente Parlamentar de Apoio às Entidades de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	11/06/2012	João Dado
Frente Parlamentar de Combate à Obesidade	13/03/2012	Lincoln Portela
Frente Parlamentar de Combate às Doenças Raras	30/04/2012	Maurício Quintella Lessa
Frente Parlamentar de Incentivo à Cadeia Produtiva da Reciclagem	07/03/2012	Adrian
Frente Parlamentar de Incentivo ao Desenvolvimento Sócio-Econômico da Região do Entorno do Distrito Federal	28/03/2012	Jaqueline Roriz
Frente Parlamentar do Bem Estar da Pessoa, dos Produtos e Serviços de Higiene Pessoal do Congresso Nacional	17/08/2012	Ricardo Izar
Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop)	23/03/2012	Senador Waldemir Moka e Deputado Paulo Piau
Frente Parlamentar do Jovem Empreendedor	27/08/2012	Hugo Motta
Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional	09/04/2012	André Vargas
Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia e do seu Povo	28/03/2012	Zenaldo Coutinho
Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil	22/05/2012	Vanderlei Siraque
Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional	22/05/2012	Newton Lima
Frente Parlamentar em Defesa da Lavoura Cacaueira	18/12/2012	Félix Mendonça Júnior
Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social Rural	29/03/2012	Bohn Gass
Frente Parlamentar em Defesa da Reestruturação da Carreira do Perito Médico da Previdência Social	14/08/2012	Manoel Júnior
Frente Parlamentar em Defesa das Ciclovias e das Calçadas Sustentáveis	12/06/2012	Marina Santanna
Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional de Jornalista	02/05/2012	André Moura
Frente Parlamentar em defesa do Saneamento Ambiental e da Moradia para todos	23/03/2012	André Moura
Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores, Distribuidores e Revendedores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	14/08/2012	Wellington Fagundes
Frente Parlamentar em Defesa dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos	07/03/2012	Saraiva Felipe
Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos Federais	10/02/2012	Edson Santos
Frente Parlamentar Mista da Suinocultura	16/07/2012	Vilson Covatti
Frente Parlamentar Mista de apoio às vítimas da seca no Nordeste	03/12/2012	José Augusto Maia
Frente Parlamentar Mista do Livro e Leitura	20/04/2012	Fátima Bezerra
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem	18/06/2012	Wilson Filho
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Populações Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais.	31/05/2012	Afonso Florence
Frente Parlamentar Mista em defesa dos Aposentados e Pensionistas	16/04/2012	Cleber Verde
Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Navegação Fluvial na Amazônia	10/02/2012	Janete Capiberibe
Frente Parlamentar Mista pelos direitos dos despachantes documentalistas do Brasil	03/03/2012	Cleber Verde

Anexo III - Frentes Parlamentares da 54ª Legislatura

(por ordem de descrição)

Publicadas em 2012

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar Mista Pró-Gás Natural	17/08/2012	Antônio Carlos Mendes Tame
Frente Parlamentar para a Desoneração dos Medicamentos	19/12/2012	Walter Ihoshi
Frente Parlamentar para regulamentar a Educação Domiciliar	19/04/2012	Lincoln Portela
Frente Parlamentar pela Cooperação Brasil - Tigres Asiáticos	15/03/2012	Luiz Argôlo
Frente Parlamentar pela Duplicação da Rodovia Belém-Brasília	07/11/2012	César Halum
Frente Parlamentar pela luta contra a Tuberculose	31/05/2012	Antonio Brito
Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica.	13/12/2012	Luci Choinaki

Publicadas em 2011

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar Ambientalista	25/02/2011	Sarney Filho
Frente Parlamentar Brasil com Seguro	25/03/2011	Armando Vergílio
Frente Parlamentar Contra Taxa dos Terrenos de Marinha	07/07/2011	Lelo Coimbra
Frente Parlamentar da Agricultura Familiar	17/03/2011	Assis do Couto
Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA	17/03/2011	Homero Pereira
Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural	10/08/2011	Zé Silva
Frente Parlamentar da Cadeia Produtiva do Leite - FPCL	17/03/2011	Antonio Andrade
Frente Parlamentar da Comunicação Social - FreCom	24/11/2011	Milton Monti
Frente Parlamentar da Defesa Nacional	29/04/2011	Carlos Zarattini
Frente Parlamentar da Desburocratização - FPD	19/12/2011	Valdir Colatto
Frente Parlamentar da Educação	02/06/2011	Alex Canziani
Frente Parlamentar da Educação Profissional e Ensino a Distância	17/11/2011	Ângelo Agnolin
Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida	11/05/2011	Fátima Pelaes
Frente Parlamentar da Fruticultura	08/04/2011	Antonio Balhmann
Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira	08/04/2011	Afonso Hamm
Frente Parlamentar da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Congresso Nacional	25/03/2011	Ricardo Izar
Frente Parlamentar da Mineração Brasileira	15/07/2011	Lourival Mendes
Frente Parlamentar da Primeira Infância	23/05/2011	Osmar Terra
Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional.	19/08/2011	Nazareno Fonteles
Frente Parlamentar da Segurança Pública	02/03/2011	Fernando Francischini
Frente Parlamentar da Silvicultura	22/09/2011	Paulo Piau
Frente Parlamentar das Ferrovias	09/05/2011	Pedro Uczai
Frente Parlamentar de Acompanhamento da Construção da Ferrovia Oeste-Leste e Porto Sul	11/05/2011	Arthur Oliveira Maia
Frente Parlamentar de Apoio à PEC 300/08.	12/09/2011	Otoniel Lima
Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Técnico e Profissionalizante	25/04/2011	Marçal Filho
Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.	25/08/2011	Padre Ton
Frente Parlamentar de Apoio as Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área de Saúde	11/03/2011	Antonio Brito
Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação	23/05/2011	Izalci
Frente Parlamentar de Combate à Nicotina	16/12/2011	Newton Lima
Frente Parlamentar de Combate ao Trauma	07/12/2011	Dr. Aluizio
Frente Parlamentar de Combate aos Crimes na Internet	29/06/2011	Sandro Alex
Frente Parlamentar de Defesa da Reforma Tributária	09/09/2011	Paulo César
Frente Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce.	15/09/2011	Paulo Foletto
Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem	09/05/2011	Homero Pereira

Anexo III - Frentes Parlamentares da 54ª Legislatura
(por ordem de descrição)
Publicadas em 2011

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar do Biodiesel	22/11/2011	Jerônimo Goergen
Frente Parlamentar do Café	28/04/2011	Domingos Sávio
Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos Animais	02/08/2011	Ricardo Izar
Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	08/04/2011	Rosinha da Adefal
Frente Parlamentar do Transporte Público - FPTP	22/03/2011	Mauro Lopes
Frente Parlamentar em Apoio ao Idoso	22/03/2011	Vitor Paulo
Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia	25/04/2011	Fábio Trad
Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social	30/11/2011	Raimundo Gomes de Matos
Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública	18/10/2011	José Stédile
Frente Parlamentar em Defesa da Bolsa de Amparo ao Estudante Carente	30/03/2011	Jorginho Mello
Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia do Aço, Ferro Gusa, Ferro Ligas, Silício Metálico, seus insumos e derivados.	09/08/2011	Bernardo Santana de Vasconcellos
Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira	22/03/2011	Acelino Popó
Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras da BR-101/Sul	05/07/2011	Ronaldo Benedet
Frente Parlamentar em Defesa da Criação do Estado do Maranhão do Sul	03/11/2011	Lourival Mendes
Frente Parlamentar em Defesa da Cruz Vermelha	26/10/2011	Rubens Bueno
Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR 135-MA	25/08/2011	Gastão Vieira
Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira	06/07/2011	Júlio César
Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Federal	28/04/2011	Sandes Júnior
Frente Parlamentar em Defesa das Centrais de Abastecimento Interno	07/07/2011	Leonardo Quintão
Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Violência	09/09/2011	Keiko Ota
Frente Parlamentar em Defesa do Audiovisual	22/07/2011	Fátima Bezerra
Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento Econômico e Valorização do Trabalho	09/05/2011	Assis Melo
Frente Parlamentar em Defesa do Estudante Universitário	26/04/2011	Ricardo Quirino
Frente Parlamentar em Defesa do Fortalecimento do Legislativo	23/05/2011	Izalci
Frente Parlamentar em Defesa do Fundo Social do Pré-Sal	14/12/2011	Benedita da Silva
Frente Parlamentar em Defesa do Piso dos Professores	11/05/2011	Fátima Bezerra
Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro	30/03/2011	Hugo Leal
Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto	10/10/2011	Ivan Valente
Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias	22/03/2011	Raimundo Gomes de Matos
Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustíveis e Telefonia	25/08/2011	Cesar Halum
Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	23/02/2011	Liliam Sá e Dr. Adilson Soares
Frente Parlamentar em Defesa dos Países Africanos	25/08/2011	Edson Santos
Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais da Saúde	29/04/2011	Damião Feliciano
Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Administrativos do Serviço Público	15/07/2011	Chico Lopes
Frente Parlamentar em Defesa dos Setores Coureiro-Calçadista e Moveleiro.	23/05/2011	Renato Molling
Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres	05/07/2011	Jô Moraes
Frente Parlamentar Mista da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano	15/07/2011	André Figueiredo
Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa	22/03/2011	Pedro Eugênio
Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura	17/03/2011	Cleber Verde
Frente Parlamentar Mista de Apoio à Autonomia das Assembleias Legislativas para criarem novos Municípios.	08/09/2011	Jose Augusto Maia

Anexo III - Frentes Parlamentares da 54ª Legislatura
(por ordem de descrição)
Publicadas em 2011

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	02/06/2011	Valtenir Pereira
Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção	20/04/2011	Francisco Praciano
Frente Parlamentar Mista de Combate à Pirataria, à Sonegação Fiscal e Proteção à Propriedade Intelectual.	05/07/2011	Guilherme Campos
Frente Parlamentar Mista de Combate ao Bullying e Outras Formas de Violência	11/05/2011	Roberto de Lucena
Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack	11/03/2011	Fábio Faria
Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente	30/05/2011	Erika Kokay
Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	30/03/2011	Flávia Morais
Frente Parlamentar Mista de Regularização Fundiária Urbana	20/09/2011	Evandro Milhomen
Frente Parlamentar Mista Defesa da Advocacia Pública - FPMDAP	22/09/2011	Fábio Trad
Frente Parlamentar Mista dos Municípios e de Apoio aos Prefeitos e Vice-Prefeitos do Brasil	17/03/2011	Júlio Campos
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura	11/05/2011	Diego Andrade
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura	08/04/2011	Jandira Feghali
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária no Brasil - FPES	23/05/2011	Eudes Xavier
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Energia Alternativa	30/05/2011	Antonio Balhmann
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exigência do Diploma em Comunicação Social/Jornalismo para o Registro Profissional de Jornalista.	24/10/2011	Rebecca Garcia
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional	19/04/2011	Arnaldo Jardim
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude	23/05/2011	Wilson Filho
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde da Mulher	26/09/2011	Dra. Elaine Abissamra
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto	20/04/2011	Salvador Zimbaldi
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Apaes	05/07/2011	Eduardo Barbosa
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas, Acolhedoras e APAC's	20/04/2011	Eros Biondini
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Telecomunicações	24/11/2011	Aureo
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral	24/11/2011	Senador Delcídio do Amaral e Deputado Afonso Hamm
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Magistério	03/10/2011	Wilson Filho
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros	22/07/2011	Junji Abe
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público Municipal.	19/09/2011	Artur Bruno
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços	30/05/2011	Laércio Oliveira
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Sistema Metroviário Nacional	02/12/2011	Weliton Prado
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Estados do Nordeste	15/07/2011	Wilson Filho
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Professores	05/07/2011	Wilson Filho
Frente Parlamentar Mista Intersectorial em Defesa das Políticas de Adoção e da Convivência Familiar e Comunitária	05/07/2011	Gabriel Chalita
Frente Parlamentar Mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e da Confecção do Brasil	02/09/2011	Zeca Dirceu
Frente Parlamentar Mista para o Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira	24/11/2011	Wellington Fagundes
Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública	02/06/2011	Luiz Pitiman
Frente Parlamentar Mista pela Criação de Tribunais Federais no Estado da Bahia, Paraná, Minas Gerais e Amazonas	21/11/2011	Amauri Teixeira
Frente Parlamentar Mista pela Educação do Campo	22/07/2011	Padre João

Anexo III - Frentes Parlamentares da 54ª Legislatura
(por ordem de descrição)
Publicadas em 2011

Nome	Publicação	Coordenador/Presidente
Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas	08/04/2011	Luiz Alberto
Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais e Vereadores.	22/11/2011	Domingos Sávio
Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Nacional Justo	28/09/2011	João Dado
Frente Parlamentar Municipalista	06/07/2011	Júlio César
Frente Parlamentar pela criação do Ministério da Segurança Pública	14/02/2011	Lourival Mendes
Frente Parlamentar pela Defesa, Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas, Federais e Estaduais.	09/06/2011	Antônia Lúcia
Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular	14/06/2011	Luiza Erundina
Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular	19/04/2011	Luiza Erundina
Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento do Semiárido	24/10/2011	Wilson Filho
Frente Parlamentar Super-Sub pela Construção Naval para a Defesa Nacional	16/12/2011	Hugo Napoleão

Fonte: Câmara dos Deputados, *in*: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp>